

Consequências do Neoliberalismo

João Manuel Cardoso de Mello

Quem canta ou assobia na escuridão nega sua ansiedade, mas não passa a ver mais claro. Há dez anos, caímos na estagnação. Vivemos, hoje, à beira da depressão e da hiperinflação. E constatamos, a toda hora, com espanto e vergonha, a enorme distância que nos separa da civilização. É natural que o medo e a desesperança tenham tomado o lugar do nosso habitual otimismo. Mas podemos continuar cantando ou assobiando. Acreditar em homens providenciais, ou em receitas salvadoras aviaadas por economistas geniais. Ou encontrar culpados. Isso é fácil e cômodo. Difícil é enxergar mais claro. Há interesses, partidarismos, preconceitos ideológicos, que criam ilusões e ocultam realidades desagradáveis. O debate público não tem ajudado. Mas o mínimo que se exige dos intelectuais é que exponham suas opiniões claramente, sem a pretensão de ditar a verdade, mas também sem medo de desagradar a quem quer que seja.

As Ironias da História

No século XIX, por força de um regime social obsoleto, o escravismo, não pudemos sequer incorporar o resultado básico da Primeira Revolução Industrial (1760-1830), o setor têxtil, e muito menos avançar pela trilha da Segunda Revolução Industrial (1870-90), a do aço, da química, da eletricidade, dos novos bens de capital, do petróleo e do motor a combustão interna. Mas no século XX, os padrões tecnológicos ficaram relativamente estáveis nos países desenvolvidos. Tivemos a sorte de desfrutar das facilidades da cópia. Até 1930, consolidamos a indústria de consumo mais simples. E nos cinquenta anos subsequentes, copiamos o aço, a eletricidade, a química básica, o petróleo, o automóvel, os eletrodomésticos, chegando até máquinas e equipamentos mais sofisticados.

Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial.

A aplicação da microeletrônica a um conjunto de produtos e serviços agrupou indústrias, setores e segmentos, formando um complexo eletrônico intra-articulado pela tecnologia da informação. O complexo eletrônico já ganhou um enorme peso e tende a aumentar sua participação no valor agregado, no emprego e na formação da renda. Ademais, a progressiva penetração da microeletrônica no complexo mecânico está levando à sua fusão com o complexo eletrônico. É desse complexo eletrônico-mecatrônico que vem e virá o dinamismo das economias desenvolvidas.

A tendência, para nós, é a de ficarmos com os setores industriais de baixo conteúdo tecnológico: produzir, hoje, aço, alumínio ou papel não é muito diferente de fabricar tecidos, em 1930. Perderíamos, então, qualquer poder de crescimento autônomo, que deriva do investimento industrial nos novos setores. O ritmo de nosso desenvolvimento voltaria a depender exclusivamente do comportamento das exportações.

As Multinacionais e o Brasil

A difusão espacial das indústrias já maduras nos países desenvolvidos realizou-se através da instalação de filiais das multinacionais em países da periferia, como o Brasil, que dispunham de mercados internos dinâmicos. Quem nos transformou em espaço de concorrência foram as empresas européias, que, em meados dos 50, vieram para cá reagindo à penetração das corporações norte-americanas no Velho Continente. Usando essa arma, conseguiram suplantam barreiras protecionistas, substituir importações e ampliar vendas, na esteira do crescimento econômico. Num segundo momento, as empresas sediadas nos Estados Unidos reagiram e acorreram também para disputar o mercado.

Hoje, o movimento é inverso, é de concentração. As transnacionais estão investindo maciçamente nas matrizes e introduzindo inovações revolucionárias num ritmo febril que se manterá nas próximas décadas. E o campo de concorrência é o espaço cada vez mais integrado dos países desenvolvidos.

A globalização dos mercados financeiros e a interpenetração das estruturas empresariais quebraram as barreiras nacionais dentro do Primeiro Mundo e, ao mesmo tempo, excluíram países como o Brasil como local de investimentos de ponta. A exclusão não é absoluta, isto é, não implica a supressão do conjunto da indústria brasileira: nosso papel é o de exportadores de produtos industriais tradicionais e o de importadores de produtos e serviços de alta tecnologia.

As transnacionais, portanto, não nos ajudarão a tentar acompanhar a Terceira Revolução Industrial. Mas também não abandonarão suas empresas fincadas nos setores de tecnologia madura. Salvo, é claro, em caso de uma desorganização econômica tão profunda e persistente quanto a da Argentina. E mais: modernizarão suas fábricas, num andamento ditado pela conveniência das matrizes, em função de metas de exportação e da evolução do mercado interno.

O Fim do Dinheiro Fácil

O mercado privado de crédito está e estará fechado para nós. Há a crise da dívida externa: ninguém empresta mais para quem deve muito e já não pode pagar. Mas o essencial é a avaliação negativa dos banqueiros sobre o futuro do Brasil na nova ordem internacional. Nesse sentido, paradoxalmente, não é a dívida externa que impede novos empréstimos, mas o juízo pessimista sobre os novos empréstimos que impede a solução do problema da dívida.

O Brasil e os Estados Unidos

Não podemos também esperar ajuda dos governos dos países desenvolvidos. Na geopolítica do poder mundial, há consenso de que são os Estados Unidos que tratam da América Latina. Ocorre que, para nosso infortúnio, os Estados Unidos são uma potência econômica em declínio, mas uma nação com poder político-militar incontestável. De um lado, o governo americano está constrangido pela falta de fundos e manietado quer pelo interesse de banqueiros, quer pelo de agricultores e industriais que concorrem com nossas exportações; de outro, porém, julga mansa e pacífica a manutenção da dominação política sobre o Brasil. Depois do colapso soviético, qualquer programa de ajuda é tido como desnecessário.

O Ajuste Exportador, a Grande Empresa e o Estado

A forte crise econômica do início dos 80 encerra uma época marcada pelo extraordinário êxito da industrialização. Ao mesmo tempo, começamos a cumprir o destino traçado pela Terceira Revolução Industrial, o de país exportador de produtos industriais tradicionais. O “ajustamento” aos novos tempos foi deliberadamente promovido pela política econômica que: (1) provocou uma queda do salário real; (2) permitiu ao setor privado transferir para o Estado sua dívida externa; (3) promoveu fortes desvalorizações cambiais; (4) aceitou a subida das margens de lucro; (5) elevou as taxas de juros.

A grande empresa, estimulada pelo câmbio e coagida pela recessão, aumentou rapidamente as exportações, defendeu seu patrimônio e sua rentabilidade real, livrou-se da dívida bancária e acumulou grandes excedentes financeiros, valorizados a altas taxas de juros.

A contrapartida, como se sabe, foi o extraordinário agravamento da situação financeira do Estado. Por três razões básicas: (1) pelos efeitos das desvalorizações cambiais sobre a dívida externa; (2) pelas consequências da recessão e da aceleração da inflação sobre a arrecadação fiscal e sobre as receitas das empresas estatais; (3) pelo impacto das altas taxas de juros sobre a dívida mobiliária e bancária.

Devo, no entanto, chamar a atenção para um ponto decisivo: o aumento do poder econômico da grande empresa frente ao Estado. Como as exportações passam a ter um peso crucial no faturamento e, o que é mais importante, a ser a fonte primordial de dinamismo, a grande empresa começa a usar o dólar como medida de seu patrimônio e de sua rentabilidade. Mas, ao mesmo tempo, sua força exportadora é insuficiente para estabilizar o câmbio ou dar conversibilidade à moeda nacional. Essa contradição é a origem de uma permanente instabilidade cambial e monetária, que pode ser suavizada ou agravada conforme andar o serviço da dívida externa. A grande empresa pressiona por desvalorizações cambiais sempre que o cálculo econômico em dólares revela uma inadequada remuneração do patrimônio. No limite, a desconfiança no câmbio trava as exportações, provoca uma crise e a corrida para a moeda estrangeira.

Por outro lado, houve uma mudança da estrutura patrimonial da grande empresa contra os ativos reais e a favor dos ativos financeiros. A remuneração dos excedentes líquidos passa a ter um papel decisivo na formação da rentabilidade global e a taxa de juros se transforma numa referência inescapável para a formação dos preços. A grande empresa torna-se rentista e banqueiro do Estado endividado. Sempre que imagina que a remuneração de suas aplicações é baixa, ameaça com a especulação mercantil ou com a fuga para as divisas, desprezando os títulos públicos. No limite, a crise de confiança é total e o Estado não consegue mais se financiar.

As Resistências da Sociedade

É com os olhos de banqueiro do Estado que a grande empresa vê os desequilíbrios financeiros do setor público. O governo já deve muito e gasta, de maneira sistemática, mais do que recebe. E, para piorar, a capacidade de financiamento do Estado foi seriamente abalada pela paralisação dos fluxos de capitais externos. Nesse quadro, a grande empresa concorda em emprestar ao Estado em prazos mínimos e a juros altos. Mas essa disposição é cada vez menor, pois há dúvidas crescentes sobre a capacidade de pagamento do cliente. Recomenda-se, portanto, que o Estado coloque em ordem suas contas. Ocorre que a ficha cadastral pecava pelo otimismo. Com medo até de perturbar as boas relações comerciais com o Primeiro Mundo, achava-se, por exemplo, que o Estado era capaz de pagar a dívida externa. Ou se imaginavam menos profundos os cortes de gasto e mais leves os aumentos de impostos. Mas hoje não há mais ilusões.

Esta visão é, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa. É verdadeira porque reproduz o modo pelo qual se desenrolam os acontecimentos. Mas é falsa porque encobre duas questões essenciais. Primeira: para colocar o Brasil definitivamente na trilha exportadora é preciso eliminar todos os interesses que só encontravam espaço no pressuposto da industrialização rápida. Segunda: para consolidar a enorme transferência de riqueza, de renda e de poder para a grande empresa é necessário penalizar

duramente todos os outros interesses abrigados no Estado. É exatamente isso que se deve entender quando os economistas falam em “austeridade fiscal” ou admitem que a recessão, “ainda que não desejada, é inevitável para ajustar o país”.

Os interesses a eliminar ou penalizar são os dos mais fracos. Assalariados e trabalhadores informais entram com sua parte pagando com o desemprego, a queda de renda e o colapso dos serviços públicos essenciais. Os empresários e agricultores menos eficientes e de menor poder financeiro encerram suas atividades. E as regiões atrasadas contribuem com sua atrofia econômica.

Ocorre que a base política de apoio do grande empresariado sempre foi e é constituída pelas classes proprietárias das regiões mais pobres e pelo pequeno e médio empresariado. De outra parte, nenhum Estado pode dispensar um mínimo de legitimidade entre os despossuídos.

Resultado: a resistência ao ajuste exportador é tenaz. Onde se abriga, nós sabemos: nos sindicatos fortes, no Congresso, especialmente na “bancada agrícola” e na representação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos governos estaduais.

O dilema econômico dos dias de hoje é muito simples: ou aceitamos uma recessão fortíssima, para não dizer uma depressão; ou a destruição da capacidade de coordenação macroeconômica do Estado pelo particularismo exacerbado levará o país à hiperinflação aberta.

O impasse, porém, tem uma dimensão política de extrema gravidade: ou o poder econômico da grande empresa consegue se expressar na orientação do Estado e com isto dar cabo do déficit público e também das bases sociais que o legitimam; ou as bases atuais de legitimidade do Estado se mantêm, mas se evapora a confiança da grande empresa e se instalam a anarquia econômica e a desorganização social.

As Consequências Sociais da Regressão Econômica

A industrialização rápida criou milhares de oportunidades de investimento e alterou dramaticamente a estrutura de emprego. A concorrência entre os indivíduos selecionou “os mais aptos” para os melhores postos de trabalho ou para pequenos e médios empresários. Do ponto de vista ético, o dinamismo da concorrência promoveu o avanço do utilitarismo em detrimento dos valores tradicionais, mas também validou valores universais, como o trabalho, a iniciativa, a nação. É claro que a concorrência era desigual, pois os “mais aptos” eram exatamente os que dispunham do monopólio da educação formal e do acesso privilegiado à cultura. Mas mesmo os pobres e miseráveis tinham a esperança de um futuro melhor, se não para eles, certamente para seus filhos e netos.

A ruptura do mecanismo básico de reprodução da sociedade — a mobilidade social ascendente e os valores que a acompanhavam e validavam — já conduziu ao que o psicanalista Jurandir Costa chamou de cultura da violência. Como em toda cultura da so-

brevivência, o futuro é negado ou visto como ameaça e a saída é a fruição imediata do presente. Mas na cultura da violência, o utilitarismo não é regulado por valores universais que garantam o mínimo de solidariedade social. Todos aferram-se àquilo de que dispõem hoje e pretendem tirar vantagem em oposição ao outro, usando todos os meios.

O “ajuste exportador” já está levando ao limite a fragmentação social desta nossa sociedade industrial de massas, que é a mais pobre e a mais desigual do mundo. A tendência é clara. De um lado, o Brasil Moderno, a grande empresa, os pequenos e médios empresários eficientes, seus trabalhadores e a classe média; de outro, os muito pobres e os miseráveis da agricultura e dos serviços, legais e ilegais. De um lado, São Paulo, seu espaço econômico e os enclaves modernos das regiões atrasadas; de outro, o resto do Brasil e as manchas de miséria das regiões desenvolvidas.

O valor da “modernidade” pode servir para construir a identidade dos integrados frente aos marginalizados (os “ignorantes”, “pretos”, “vagabundos”, “nordestinos” etc.). Mas como falar, no Brasil exportador e “moderno”, da Nação ou da Justiça? E por melhor juízo que façamos do dinamismo exportador é preciso convir que não seria suficiente sequer para promover uma rápida e sustentada elevação dos padrões de vida dos integrados pobres ou remediados, quanto mais para restaurar o velho mecanismo da mobilidade social ascendente. Pergunto: onde então encontrar, mesmo no mundo dos integrados, bases estáveis para a legitimação do Estado?

Nesse quadro social tão fraturado e cheio de conflitos é até possível que o Estado neoliberal se mantenha dentro do regime democrático. Mas não é provável. O provável é que, para prevalecer, tenha que se transformar no que se convencionou chamar de fascismo de mercado. O Estado neoliberal terá revelado nesse momento sua natureza mais íntima: é o Estado dos ricos e dos privilegiados, numa época da regressão econômica e decadência social.

A Privatização do Espaço Público

Os homens que lideraram a construção do Brasil contemporâneo nasceram entre finais do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, provinham em sua esmagadora maioria de famílias da classe média tradicional e estavam de alguma forma ligados ao Estado. Sua visão de mundo formou-se do encontro da ética católica, dos valores próprios a um corpo de funcionários e de três eixos culturais importados da Europa: o positivismo; o socialismo e o comunismo; e o modernismo cultural. Acima de profundas divergências de orientação, havia um valor universal que era comum a todos, a construção da Nação e da Civilização Brasileira, que supunham a industrialização e a modernização da sociedade. Caberia ao Estado o papel de quebrar o particularismo agrário, subordinar o setor exportador e suprir a falta de vontade in-

dustrializante do empresariado urbano, acomodado aos negócios existentes e desprovido de poder financeiro para enfrentar os desafios do futuro.

Foi essa elite de homens públicos que deu vida à imprensa, às universidades, à escola pública, às associações culturais, aos partidos políticos. Foi ela também que reorganizou o aparelho de Estado, a burocracia civil e as forças armadas. E foi o nacionalismo que soldou as aspirações de trabalhadores, de funcionários públicos, da nova classe média, do pequeno empresariado, permitindo dominar a rebeldia do setor exportador e estabelecer os pré-requisitos (Volta Redonda, o BNDE etc.) do “salto industrializante” do período JK. Decidiu-se, então, negociar com o capital externo, mas o desenvolvimento se fez em nome da Nação, dentro do regime democrático e com o apoio ativo de todos os setores progressistas.

É esse processo de estruturação do espaço público, que começou com a Revolução de 30 e ganhou novos e melhores contornos depois da redemocratização, que foi rompido pelo golpe de 64.

Não quero cometer injustiças de julgamento. Por isso, pretendo separar bem o que me parece de exclusiva responsabilidade da nova ordem inaugurada em 64, daquilo que era inteiramente inevitável em decorrência do avanço do capitalismo.

Era inevitável que a base social de recrutamento da elite passasse da classe média tradicional para a “nova classe média” e para o pequeno empresariado. Era inevitável que na nova elite ganhassem grande peso os especialistas (economistas, administradores, auditores, publicitários etc.) requeridos pela complexidade de gestão das grandes organizações privadas e públicas. Era inevitável também que a lógica da grande organização penetrasse em esferas de formação e difusão de valores. Por exemplo, na imprensa, onde o jornalista público perderia espaço para o jornalista de profissão, e na Universidade, onde o intelectual seria suplantado pelo burocrata do conhecimento especializado. Era inevitável, finalmente, que o manejo da máquina partidária abrisse campo para a profissionalização da política.

Tudo isso era inevitável, gostemos ou não. Mas o colapso do espaço público é de exclusiva responsabilidade da nova ordem inaugurada em 1964. Um dos seus aspectos é a privatização do Estado. O manejo das políticas públicas, por exemplo, passou a ser feito por uma tecnocracia privada que, na prática, representou os negócios junto ao governo militar. Há, ainda, a destruição da burocracia pública, o corporativismo das empresas estatais etc.

Desejo ressaltar um outro lado do problema que não tem merecido talvez a atenção devida: a enorme atrofia do espaço público na sociedade. Uma sociedade sem liberdades fundamentais efetivas é incapaz de dar abrigo a valores universais e de permitir o confronto inovador entre diferentes visões de mundo e distintas alternativas de organização da sociedade. Um de seus subprodutos foi a exacerbação do caráter utilitarista e privatista das novas elites. Essa exacerbação apenas atenuou-se

entre os momentos finais do autoritarismo e o início da “Nova República”. Depois, reapareceu, tomando a forma “moderna” de neoliberalismo.

Nem Desenvolvimentismo, nem Socialismo

Não existem, no entanto, saídas fáceis. É pura ingenuidade pensar, por exemplo, em reviver o desenvolvimentismo dos “50 anos em 5” de JK. Ao invés da situação externa extremamente favorável dos meados da década de 50, temos outra, extremamente desfavorável. Ao invés de um Estado moderno, dotado de uma imensa capacidade de coordenação econômica, outro, privatizado, quebrado e imobilizado pelo particularismo.

É preciso também dizer claramente que o socialismo não é uma alternativa real ao neoliberalismo. Penso que a aspiração ao socialismo democrático ainda continuará a animar todos os homens que desejam uma sociedade livre e igualitária. Mas, para nós, esse objetivo ficou ainda mais longínquo com a Terceira Revolução Industrial. Em primeiro lugar, o “socialismo real” ruiu e contaríamos, no mundo, apenas com a hostilidade econômica, política e militar dos países desenvolvidos. Em segundo lugar, numa economia estagnada e sem fronteiras de investimento não haveria nenhuma base econômica para cimentar, dentro da democracia, alianças amplas, que englobassem a classe média e o pequeno empresariado. O socialismo, no Brasil da regressão econômica e da decadência social, não seria uma solução do conjunto da sociedade contra meia dúzia de grandes proprietários. Representaria, sim, uma política de defesa dos miseráveis e pobres, voltada também contra uma massa de assalariados remediados e de pequenos e médios empresários. O “socialismo” só viria através de um golpe e se manteria pela via do Terror. Alguns — espero que muito poucos — argumentariam que os pobres, porque pobres, são humanamente melhores do que os ricos e remediados. Para esses, que são fundamentalistas e não socialistas, lembraria apenas que o conflito pelo conflito tem um fim inexorável: a ditadura dos mais poderosos.

É claro que há alternativa ao neoliberalismo que não seja nem o “desenvolvimentismo” fora de época, nem o fundamentalismo. Mas não tem cabimento propor novas utopias (quais?) quando a História frustrou a realização de velhos sonhos. Penso que só nos resta defender a Nação dos efeitos destrutivos da crise e ir preparando, com paciência e determinação, as condições para que, no futuro, possamos incorporar plenamente os resultados econômicos e sociais da Terceira Revolução Industrial.

Não desejo, ao modo dos economistas irresponsáveis, propor fórmulas, que sempre escondem, sob o véu da cientificidade, valores e interesses, nem mesmo indicar temas para a discussão (a política industrial, o caráter estratégico da educação básica de qualidade, da ciência e da tecnologia, a política de combate à miséria absoluta etc.).

Quero apenas sugerir que há duas condições básicas para tornar realidade o que imagino ser a alternativa: a união dos fracos e a recomposição de um mínimo de solidariedade social.

A união dos fracos é necessária para criar um poder compensatório ao da grande empresa e abrir caminho para a reativação do espaço público. Mas não é fácil. Há uma enorme heterogeneidade dos interesses dos operários, da classe média e dos trabalhadores informais, em termos de riqueza, renda, de valores e de estilos de vida, de poder. E ao invés de facilitar sua superação política e cultural, o desenvolvimento da crise reforça o particularismo e multiplica oposições.

É sob a ótica da recomposição de um mínimo de solidariedade social que devem ser encaradas as relações entre o público e o privado, entre mercado e Estado. Nos países desenvolvidos, o neoliberalismo cumpriu a função de justificar e de promover a ativação do dinamismo da concorrência, necessária para levar adiante a Terceira Revolução Industrial. Nesse sentido, pode-se dizer que a retirada da proteção de certos setores capitalistas e a flexibilização do mercado de trabalho tiveram efeitos econômicos construtivos. E, acrescente-se, os efeitos sociais destrutivos foram parcialmente contrabalançados pelo crescimento econômico e amortecidos pelo alto nível de renda e pela homogeneidade da sociedade. Aqui, ao contrário, a lógica espontânea do mercado é a da regressão econômica, da decadência social e da barbárie política. É preciso, portanto, que a regulação pública dos conflitos e a negociação política de um projeto de sociedade contenham os particularismos e canalizem as energias para a construção do futuro. O que também não é fácil. De um lado, a crise já está muito avançada; de outro, as elites ainda não demonstraram possuir as qualidades requeridas para enfrentar a adversidade: espírito público, coragem e sabedoria.

Não há, pois, razão para otimismo. O otimismo, neste momento tão dramático da vida nacional, serve apenas aos conservadores, que apregoam as vantagens da “modernidade” no mercado ideológico, e aos políticos irresponsáveis, que vendem esperanças ilusórias no mercado de votos. Ou é o ingrediente fundamental do fanatismo.

Mas, em tempos de crise, só o pessimismo da razão pode desvendar interesses e afastar ilusões, ajudar a descobrir caminhos, multiplicar a força da vontade e manter acesa a chama da esperança. Não é esse o dever dos intelectuais?

*João Manoel Cardoso de Mello é
professor titular do Instituto de
Economia da Unicamp.*